

DA INFÂNCIA À MORTE SIMBÓLICA: O RACISMO QUE ATRAVESSA O TEMPO E A ESCOLA

Rayanna Brito Ribeiro¹, Matheus Barbosa de Oliveira², Michele Pereira Vilas Novas³, San Thiago de Araújo e Silva⁴

¹Estudante do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: rayanna.ribeiro@estudante.ifto.edu.br

²Docente do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: matheus.oliveira@ifto.edu.br

³Docente do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. Orientadora. e-mail: michele.novas@ifto.edu.br

⁴Docente do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: san.silva@ifto.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O relato da escritora Kiusam de Oliveira¹, em entrevista ao canal *Provoca*, no Youtube, traz uma narrativa sobre as marcas deixadas pelo racismo em sua infância escolar. A experiência vivida pela escritora, não se limita a uma memória pessoal, mas evidencia um fenômeno coletivo. A escola, que deveria ser espaço de acolhimento e emancipação, muitas vezes se converte em palco de violência, silenciamento e marginalização de crianças negras.

Casos recentes de estudantes negras vítimas de agressões em escolas brasileiras confirmam que essa realidade não pertence ao passado. Eles revelam a persistência de práticas racistas que comprometem a permanência escolar e a saúde física e mental dessas alunas. Como aponta Almeida (2019), o racismo é estrutural e atravessa as instituições; Kilomba (2019) mostra que ele se manifesta cotidianamente em gestos, palavras e silenciamentos; e Quijano (2009) lembra que tais hierarquias têm raízes na colonialidade, que organiza desigualdades históricas e contemporâneas.

Diante disso, a problemática central deste estudo é compreender de que forma o racismo atravessa a escola, desde a infância até a juventude, produzindo impactos simbólicos e institucionais. A relevância da pesquisa está em reconhecer o caráter persistente e estrutural dessa violência e em pensar caminhos para uma educação antirracista que rompa com lógicas coloniais e valorize a diversidade como princípio de justiça social.

2 OBJETIVO

Discutir como o racismo se manifesta de forma simbólica e institucional nas instituições de ensino brasileiras, a partir da análise do relato de Kiusam de Oliveira e de casos recentes noticiados pela mídia, evidenciando seus efeitos na permanência escolar e nas experiências vividas por estudantes negras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de caráter documental e bibliográfico com abordagem qualitativa. O corpus de análise foi constituído pelo relato da escritora Kiusam de Oliveira, em entrevista concedida ao

¹Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKpybcWqIfk>. Acesso em: 10 ago. 2025.

programa *Provoca* (2024), em seu canal no Youtube, e por alguns casos recentes de racismo em escolas brasileiras, noticiados pela mídia entre os anos de 2024 e 2025.

Os exemplos foram selecionados em razão de sua ampla repercussão pública e de sua relevância para o debate sobre racismo escolar, por evidenciarem práticas simbólicas e institucionais que atravessam o cotidiano educacional.

O procedimento metodológico consistiu em uma interpretação crítica dos relatos e registros, articulando-os à fundamentação teórica de Almeida (2019), Kilomba (2019), Quijano (2009) e Munanga (2005). Essa articulação permitiu identificar padrões de violência racial, silenciamento e hierarquização que configuram a escola como espaço de reprodução, mas também de questionamento do racismo estrutural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola ocupa um papel central na valorização das histórias e culturas que compõem a diversidade brasileira e, ao mesmo tempo, constitui um espaço de reprodução das desigualdades. O mito da democracia racial, já questionado por Munanga (2005), ainda persiste no cotidiano das escolas sustentando a negação e a minimização das práticas racistas.

Essa permanência conecta-se à lógica da colonialidade descrita por Quijano (2009), que organiza as relações sociais em hierarquias raciais, legitimando a marginalização de corpos negros. A colonialidade opera sobre uma concepção distorcida de humanidade, própria do humanismo moderno, que organiza as relações sociais por meio de classificações hierárquicas que produzem desigualdades e marginalizações. Nesse padrão de poder, os sujeitos são classificados em categorias rígidas como “inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (Quijano, 2009, p. 79), estabelecendo fronteiras que legitimam desigualdades. Essa lógica não pertence apenas ao passado, mas continua atuando no presente, moldando relações sociais e simbólicas. Nas escolas, manifesta-se em práticas que, de forma explícita ou velada, reforçam a marginalização de estudantes negros e naturalizam o racismo no cotidiano educacional.

Ao criar categorias de superioridade e inferioridade, o sistema racializado legitima desigualdades e exclusões que atravessam instituições como a escola, tornando certas vidas mais valorizadas que outras. É justamente essa lógica de hierarquização que se materializa na experiência vivida por Kiusam, cuja infância escolar ilustra de maneira concreta como o racismo institucional e simbólico opera desde cedo. Ao lembrar a violência sofrida em uma escola religiosa, Kiusam de Oliveira descreve uma cena marcada pela humilhação, na qual foi obrigada a tomar um banho frio com a boca cheia de papel higiênico, enquanto ouvia a professora dizer que “era assim que preto devia ser tratado”. Isso, diante de uma plateia de colegas, crianças brancas, que repetiam em coro, “macaca, macaca” (Provoca [...], 2024). Tais práticas, validadas pela instituição, não apenas

reforçaram a inferiorização racial, mas também silenciaram a infância negra, transformando em dor e exclusão, um espaço que deveria ser acolhedor.

A persistência do racismo escolar não se restringe ao passado nem a casos isolados. Episódios recentes confirmam sua permanência, evidenciando a colonialidade como lógica estruturante. Em março de 2024, por exemplo, uma estudante foi pisoteada por colegas em uma escola municipal do interior de São Paulo. Segundo reportagem do *CartaCapital* (2024, online), a vítima afirmou ter sido chamada de “macaca”, mesma expressão utilizada para ofender Kiusam durante sua infância. O episódio ecoa o que Kilomba (2019) descreve como violência cotidiana, em que o racismo, por meio de palavras, gestos ou silenciamentos, produz adoecimento e fragilidade emocional. Esses exemplos reforçam o argumento de Almeida (2019), de que o caráter estrutural do racismo transpassa instituições e impacta múltiplas dimensões da vida.

Em abril de 2025, outro caso ganhou repercussão nacional. Uma aluna de 15 anos foi encontrada desacordada dentro de uma sala do Colégio Mackenzie, em São Paulo, após sofrer agressões físicas e verbais relacionadas à sua condição racial (UOL, 2025). O episódio não se resume a uma violência pontual, mas contínua, que, como analisa Kilomba (2019), opera de modo estrutural e cotidiano. A recorrência desses episódios mostra que a escola, ao mesmo tempo em que pode ser espaço de acolhimento, continua operando como mecanismo de manutenção do racismo estrutural. Quando as instituições se omitem, naturalizam práticas de violência e reforçam hierarquias coloniais, negando às crianças e jovens negros o direito a uma educação segura e equitativa. No entanto, esses mesmos espaços podem se tornar territórios de resistência quando tensionados por práticas pedagógicas antirracistas.

É nesse horizonte de resistência que se insere a Lei 10.639/03, marco histórico ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, fruto da luta dos movimentos negros contra a invisibilização. Entretanto, mais de vinte anos depois, sua implementação permanece limitada pela ausência de formação docente e pela resistência institucional, o que compromete sua efetividade (Munanga, 2015). Assim, embora represente um avanço fundamental, a aplicação da Lei 10.639/03 ainda depende da superação dessas barreiras estruturais para que as escolas deixem de reproduzir violências e se consolidem como espaços de reconhecimento, diversidade e justiça racial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo demonstrou que o racismo não é uma ocorrência isolada ou restrita ao passado, mas uma estrutura que atravessa gerações, produzindo efeitos simbólicos e institucionais. O relato de Kiusam de Oliveira, quando articulado a episódios recentes em escolas brasileiras, evidencia a permanência de práticas que naturalizam a violência contra

corpos negros desde a infância. Essa persistência confirma o que apontam Quijano (2009), Almeida (2019) e Kilomba (2019), o racismo, mantido pela colonialidade, opera de modo cotidiano como um sistema que organiza relações sociais, legitima desigualdades e compromete o direito à educação plena.

A escola assume um papel paradoxal, pois enquanto reproduz hierarquias raciais, também pode ser espaço de resistência. A Lei 10.639/03 significou avanço ao reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira, mas sua implementação limitada evidencia a falta de compromisso efetivo com a educação antirracista. Romper com lógicas coloniais e assumir a diversidade como princípio é essencial, pois o enfrentamento ao racismo escolar, portanto, ultrapassa o âmbito pedagógico e deve ser assumido como um projeto político coletivo de justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

Bolsista que sofreu racismo é achada desacordada no Colégio Mackenzie (SP). UOL. 08 de abril de 2025. Cotidiano. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/05/08/bolsista-e-internada-apos-sofrer-at-aques-racistas-em-escola-de-sp.htm> Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Estudante negra é pisoteada e xingada de ‘macaca’ e ‘cabelo de bombril’ por alunos em escola municipal de SP. **CartaCapital**. 21 de março de 2024. Educação. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/estudante-negra-e-pisoteada-e-xingada-de-macaca-e-cabelo-de-bombril-por-alunos-em-escola-municipal-de-sp/> Acesso em: 05 ago. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. (2005). **Superando o racismo na escola**. Organizador: Kabengele Munanga. Brasília, 2ª edição revisada: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

MUNANGA, K. (2015). Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez.

PROVOCA/ Kiusam de Oliveira/ 30/07/2024. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (50 min) Publicado pelo canal Provoca. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EKpvbcWqIfk>> . Acesso em 05 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-118.